**Processo:** 005.675/2024-3 **Natureza:** CBEX – Débito

Responsáveis: Ana Paula da Rosa Quevedo, Conhecer Consultoria e Marketing Ltda.ME, Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo e IEC-Instituto Educar e Crescer

#### **DESPACHO**

Autuado o presente processo de cobrança executiva de débito, organizada a documentação a ser encaminhada ao órgão executor/entidade executora, e, promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares – Cadirreg, de que trata o art. 1°, §3°, da Resolução - TCU 241/2011, encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

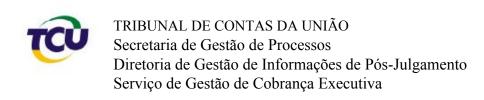
RESPONSÁVEIS	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
Ana Paula da Rosa Quevedo	02/06/2023	
Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. ME	03/02/2024	836/2023-TCU-Plenário (Condenatório)
Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo	02/06/2023	
IEC – Instituto Educar e Crescer	19/10/2023	

A partir do processo originador (TC 015.043/2015-0) foram constituídos 5 processos de Cbex: 005.675/2024-3, 005.676/2024-0, 005.677/2024-6, 005.678/2024-9 e 005.679/2024-9.

#### Esclarecimentos adicionais:

Responsável: Ana Paula da Rosa Quevedo (CPF 001.904.910-27)

- A responsável não constituiu Procuradores;
- Houve sucesso em notificar a responsável sobre o Acórdão Condenatório no endereço do Banco de Dados da Receita Federal vinculado ao seu CPF;
- O trânsito em julgado, para a Sra. Ana Paula, foi calculado a partir desta ciência;
- A consulta feita ao Sistema de Recolhimento da União SISGRU (www.sisgru.tesouro.gov.br) não localizou recolhimentos referente ao débito;
- A responsável não interpôs recursos, nem solicitou parcelamento da dívida;
- Registro que o Acórdão 836/2023-P, em seu item 9.9, decretou a inabilitação da Sra. Ana Paula da Rosa Quevedo para ocupar cargos em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal por 5 anos e, em função disso, após o trânsito em julgado, foi inscrito seu nome no Cadastro de Inabilitados e Inidôneos do TCU e escrito Ofício para a Secretaria de Gestão de Pessoas do Governo Federal pedindo a inscrição de seu nome no SIAPE, o que foi feito, cumprindo o disposto no Acórdão;



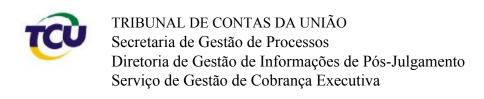
• Registro que o nome da responsável não consta como falecido no Sistema Sisobi (Sistema Informatizado de Controle de Óbitos).

# Responsável: Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. ME (CNPJ: 07.046.650/0001-17)

- A entidade não constituiu Procuradores;
- Não houve sucesso em notificar a empresa sobre o Acórdão Condenatório no endereço do Banco de Dados da Receita Federal vinculado ao seu CNPJ;
- Foi encaminhada notificação ao endereço cadastrado em Banco de Dados custodiado pelo TCU do Representante Legal da entidade, mas não houve sucesso em se ter a ciência;
- Ao cumprir os procedimentos para a autuação deste processo de Cobrança Executiva observou-se que o Representante Legal da entidade encontra-se falecido e o outro sócio tem como endereço o mesmo endereço cadastrado no CPF do Representante Legal onde, na fase de conhecimento dos autos originadores, não se conseguiu a ciência do mesmo;
- Sendo assim, sem se conseguir outro endereço, a entidade foi notificada por Edital, publicado no Diário Oficial da União em 18/01/2024;
- O trânsito em julgado, para a Conhecer, foi calculado a partir desta data;
- A consulta feita ao Sistema de Recolhimento da União -SISGRU (www.sisgru.tesouro.gov.br) não localizou recolhimentos referente ao débito;
- A entidade não interpôs recursos, nem solicitou parcelamento da dívida;
- Registro que o nome do Representante Legal da entidade consta como falecido no Sistema Sisobi (Sistema Informatizado de Controle de Óbitos) e a Certidão de Óbito se encontra nos autos;
- Saliento que a Situação Cadastral da Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. ME, no Banco de Dados da Receita Federal se encontra como "Inapta" desde 26/02/2019.

### Responsável: Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo (CPF 785.537.681-04)

- A responsável não constituiu Procuradores;
- Houve sucesso em notificar a responsável sobre o Acórdão Condenatório em endereço conseguido em Banco de Dados custodiado por este Tribunal – ela mesma assinou o AR da ciência;
- A Sra. Idalby ainda foi notificada em seu endereço do Banco de Dados da Receita Federal, onde houve ciência;
- O trânsito em julgado, para a Sra. Idalby, foi calculado a partir da data da ciência da notificação encaminhada ao endereço do Banco de Dados custodiado por este Tribunal, em que ela mesma assinou o AR;
- A consulta feita ao Sistema de Recolhimento da União SISGRU (www.sisgru.tesouro.gov.br) não localizou recolhimentos referente ao débito;
- A responsável não interpôs recursos, nem solicitou parcelamento da dívida;
- Registro que o Acórdão 836/2023-P, em seu item 9.9, decretou a inabilitação da Sra. Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo para ocupar cargos em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal por 5 anos e, em função disso, após o trânsito em julgado, foi inscrito seu nome no Cadastro de Inabilitados e Inidôneos do TCU e escrito Ofício para a Secretaria de Gestão de Pessoas do Governo Federal pedindo a inscrição de seu nome no SIAPE, o que foi feito, cumprindo o disposto no Acórdão;
- Registro que o nome da responsável não consta como falecido no Sistema Sisobi (Sistema Informatizado de Controle de Óbitos).



# Responsável: **IEC – Instituto Educar e Crescer** (CNPJ: 07.177.432/0001-11)

- A entidade não constituiu Procuradores;
- Não houve sucesso em notificar a responsável sobre o Acórdão Condenatório no endereço do Banco de Dados da Receita Federal vinculado ao seu CNPJ;
- Foi encaminhada notificação no endereço cadastrado no mesmo Banco de Dados vinculado ao CPF da Representante Legal da entidade, onde houve a ciência;
- Contudo, a Representante Legal permaneceu silente, então houve um termo dizendo que por não haver outro endereço da entidade e pela Representante Legal ter permanecido silente, o IEC deveria ser notificado do Acórdão Condenatório por Edital;
- O Edital foi publicado no Diário Oficial da União em 03/10/2023
- O trânsito em julgado, para o IEC, foi calculado a partir desta data;
- A consulta feita ao Sistema de Recolhimento da União SISGRU (www.sisgru.tesouro.gov.br) não localizou recolhimentos referente ao débito;
- O Instituto não interpôs recursos, nem solicitou parcelamento da dívida;
- Registro que o nome da Representante Legal da entidade não consta como falecido no Sistema Sisobi (Sistema Informatizado de Controle de Óbitos);
- Saliento que a Situação Cadastral do IEC Instituto Educar e Crescer, no Banco de Dados da Receita Federal se encontra como "Inapta" desde 17/10/2018.

Scbex/Dijulg/Seproc, em 04 de março de 2024.

(Assinado eletronicamente)

Carolina Sampaio Freire Santos Moreira
Técnica Federal de Controle Externo - Matrícula/TCU 3428-2